

# Catolicismo e abortamento

**I — Introdução ao problema. II — Descrição dos objetivos e da metodologia da Pesquisa sôbre a Reprodução Humana no Distrito de São Paulo<sup>(1)</sup>. III — Aspectos da doutrina católica a respeito do uso de anticoncepcionais e do abortamento provocado. IV — Distribuição das mulheres da amostra segundo a religião. V — Análise dos dados referentes a opiniões e conduta sôbre o abortamento provocado.**

## **I — INTRODUÇÃO**

O notável crescimento das populações dos países subdesenvolvidos tem chamado a atenção de estudiosos e de políticos para as altas taxas de fertilidade predominantes nestes países. O problema transcende, por seus aspectos econômicos, sociais e políticos, à esfera de preocupação exclusivamente acadêmica. Está no centro de importantes decisões na área da política internacional e suscita uma das mais agudas controvérsias de nossa época.

A simples análise do crescimento da população humana revela-nos a extraordinária aceleração dêste processo no período da história moderna e mormente contemporânea:

TABELA A:(2) POPULAÇÃO ESTIMADA PARA O MUNDO E O NÚMERO DE ANOS REQUERIDOS PARA DOBRAR

Ano (A.D.)	População (em bilhões)	N.º de anos requeridos para dobrar
1	0.25 (?)	1650
1650	0.50	200
1850	1.1	80
1930	2.0	45
1975	4.0	35

A rápida expansão populacional, indicada na tabela A, não é devida a um crescimento homogêneo da população. É um fenômeno que se observa nos países considerados subdesenvolvidos, enquanto as nações desenvolvidas permanecem estacionárias ou crescem em ritmo acentuadamente menor, conforme revela a tabela B:

TABELA B:(3) CRESCIMENTO POPULACIONAL NO SÉCULO XX

ANOS	Países desenvolvidos+	Países subdesenvolvidos			
		Total	Ásia++	América Latina	África
População (em milhões +++)					
1900	554	996	813	63	120
1925	700	1.207	961	99	147
1950	838	1.659	1.297	163	199
1975	1.115	2.741	2.107	303	331
2000	1.448	5.459	4.145	651	663
Aumento percentual					
1900-1925	26.4	21.2	18.2	57.1	22.5
1925-1950	19.7	37.4	35.0	64.6	35.4
1950-1975	33.0	65.2	62.5	85.9	66.3
1975-2000	29.9	99.2	96.7	114.8	100.3
Porcentagem total do globo					
1900	35.7	64.3	52.4	4.1	7.7
1925	36.7	63.3	50.4	5.2	7.7
1950	33.6	66.4	51.9	6.5	8.0
1975	28.9	71.1	54.6	7.9	8.6
2000	21.0	79.0	60.0	9.4	9.6

+ Inclui Europa, URSS, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

++ Exclui a porção asiática da URSS e o Japão.

+++ 1900-1950, enumeradas ou estimadas; 1975 e 2000, projetadas. Fonte, com modificações: Nações Unidas. Departamento de Negócios Econômicos e Sociais. New York. *The Future Growth of World Population*. New York, Nações Unidas, 1958. p. 23, tab. 5 (Population Studies, 28).

A diversidade do comportamento reprodutivo dos países desenvolvidos, em comparação com os países em desenvolvimento, é explicável na perspectiva da Demografia, pela chamada transição demográfica: efetivamente, nos fins do século XVIII, tanto a mortalidade como a fertilidade foram decrescendo lentamente nos países que ingressavam no desenvolvimento industrial. No século XX, esses países passaram a ter baixas taxas de mortalidade e de fertilidade, o que caracteriza a dinâmica atual de suas populações. Nos países subdesenvolvidos, entretanto, a queda brusca da mortalidade, ocorrida sobretudo após a Segunda Grande Guerra, não foi acompanhada de alterações nas taxas de fertilidade, que permanecem altas. Daí decorre o que alguns autores chamam de "explosão demográfica". Neste contexto, a pesquisa apresenta-se obviamente, deveras importante. Entre os fatores sociais, a religião, e especificamente a religião católica, tem sido apresentada como influenciando o comportamento reprodutivo dos casais e os padrões de fertilidade das populações.

Metodologicamente, procederemos acompanhando o excelente quadro de referência de Davis e Blake (Davis & Blake, 1956. p. 212), que tem a vantagem de organizar a multiplicidade indefinida de fatores sociais capazes de influenciar a fertilidade através das chamadas variáveis intermediárias. Variáveis estas que, necessariamente, medeiam o relacionamento entre os fenômenos sociais e o comportamento reprodutivo. Os autores citados reduzem a três o número delas:

I — Fatores que afetam as uniões dos casais: as chamadas variáveis de exposição ao intercuro. Esse grupo de variáveis é subdividido em dois tipos:

- a) aquelas que governam a formação e dissolução das uniões no período reprodutivo;
- b) aquelas que governam a exposição ao intercuro enquanto permanecem as uniões.

No primeiro tipo estão incluídos fatores como a idade ao casar, o celibato permanente, o desquite, o divórcio, etc. No segundo estão a abstinência voluntária e a involuntária.

II — Fatores que afetam a fecundidade dos casais, ou seja, as chamadas variáveis, afetando a exposição à concepção. Destaca-se, neste caso, o uso de meios anticoncepcionais.

III — Fatores que afetam a natalidade, isto é, variáveis afetando a gestação e o parto. Como, por exemplo, as perdas fetais, inclusive o abortamento.

O abôrto é um tipo de perda fetal, considerado o término da gestação antes da viabilidade do feto. O limite inferior dessa viabilidade, porém, varia segundo diferentes autores, conforme o tempo de concepção e/ou o pêso do feto (Milanesi, 1968. p. 29).

No questionário da pesquisa que serve de fundamento empírico para êste artigo, indagou-se às mulheres entrevistadas se os abortamentos haviam ocorrido de forma espontânea ou provocada.

Considerou-se oportuno analisar as possíveis relações entre Catolicismo e fertilidade no Brasil. De modo mais específico, procurou-se medir e interpretar a influência do Catolicismo sôbre a fertilidade, através de sua eventual associação com os fatores, que constituem o terceiro grupo de variáveis intermediárias, relativos ao nascimento do ser humano concebido.

Por sua importância numérica, como também por adotar uma doutrina precisa a respeito da ilegitimidade do abortamento provocado, é particularmente interessante correlacionar a filiação à religião católica com a prática do abortamento.

## **II — DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E DA METODOLOGIA DA PESQUISA SÔBRE A REPRODUÇÃO HUMANA NO DISTRITO DE SÃO PAULO**

As tabelas utilizadas no presente artigo foram construídas com dados coligidos e elaborados pela Pesquisa sôbre a Reprodução Humana no Distrito de São Paulo.

O objetivo desta pesquisa foi conhecer as taxas de fertilidade demograficamente significativas, analisar sua mudança no tempo e as variáveis intermediárias e condicionantes que afetam o comportamento reprodutivo no Distrito de São Paulo. Para isso constituiu-se uma equipe interdisciplinar, procurando-se apreender aspectos amplos relativos ao comportamento reprodutivo. Fatores matemáticos, estatísticos, médicos, psicológicos, econômicos e sociais foram considerados.

No que concerne aos aspectos sócio-econômicos, procurou-se encontrar associações, que pudessem ser observadas e quantificadas. Assim, associações entre alguns fatores como grau de urbanização, situação econômica, grau de instrução, nível de renda, filiação religiosa, por um lado, e o comportamento reprodutivo das mulheres, por outro, foram pesquisados sistematicamente.

Para fins de amostragem (Silva, 1968) a população foi definida como constituída pelas mulheres não-solteiras (incluindo-se qualquer tipo de união presente ou passada, estável no entender de cada mulher) de 15 a 49 anos completos e residente no Distrito de São Paulo em 1965. Esta população foi estimada em 1.170.891 mulheres, e a amostra escolhida foi de aproximadamente 3.000 mulheres. A amostra foi estratificada (estrato-subdistrito) por conglomerado (seguimento de 3 domicílios), com etapa du-

pla, na qual a unidade primária foi o domicílio e a secundária a mulher da população em estudo.

Das 3.009 mulheres entrevistadas, foram descartadas para o presente estudo as mulheres com mais de uma união, restando 2.857 mulheres.

### III — ASPECTOS DA DOCTRINA CATÓLICA A RESPEITO DO USO DE ANTICONCEPCIONAIS E DO ABORTAMENTO PROVOCADO

As grandes religiões ecumênicas, de modo indireto ou direto, apresentam normas e recomendações que podem afetar a fertilidade. Considerações teológicas, éticas e científicas permeiam aspectos das ideologias religiosas, significativos para o comportamento reprodutivo humano.

A Igreja Católica, no mundo contemporâneo, entretanto, é a única grande religião que defende, de modo explícito, uma versão doutrinária bem elaborada, a respeito da fertilidade humana e sobre algumas variáveis intermediárias, como o uso de anticoncepcionais.

Considerando a variável “doutrina católica” como fator capaz de influenciar a conduta dos fiéis e, desta forma, afetar o comportamento reprodutivo de populações católicas, depara-se com dois aspectos doutrinários principais: o ideal de família numerosa e a ilegitimidade de meios anticoncepcionais e abortivos.

Històricamente, ambos os aspectos estão interligados. Sua distinção tornou-se mais nítida no mundo contemporâneo com a aceitação expressa de um modelo moderno de família por parte da Igreja Católica, enquanto mantém interdições a respeito de anticoncepcionais e do abortamento.

As profundas transformações do comportamento reprodutivo das populações mais desenvolvidas nos séculos XIX e XX e as modificações da estrutura da família e dos papéis da mulher constituíram-se em contradições frontais com a doutrina tradicional católica.

Formularam-se, em nosso século, as primeiras versões do pensamento católico, alterando as ênfases antigas e modificando alguns pontos do sistema ético tradicional. Sem pretender historiar com pormenores o complicado processo de cristalização destas modificações, resumiremos suas etapas essenciais:

- 1 — aceitação da legitimidade do método anticoncepcional chamado de Ogino-Knauss (ou do ritmo);
- 2 — alteração da hierarquia dos fins do casamento, ressaltando a importância e o valor intrínseco do amor entre os cônjuges;

3 — reconhecimento da “paternidade responsável”, isto é, do dever de atender aos problemas econômicos e educacionais dos filhos, conforme um modelo moderno de família.

O desenvolvimento da doutrina católica, sobre a legitimidade do abortamento, não seguiu o mesmo processo evolutivo observado em relação aos meios anticoncepcionais.

Os teólogos cristãos, partindo da idéia da alma humana estar presente no feto a partir de um dado momento (o momento preciso foi objeto de ampla controvérsia entre os teólogos), consideraram o abortamento análogo ao homicídio, por atingir o ser humano completo, embora de forma potencial.

O direito canônico e as legislações civis incorporaram na história do Ocidente esta concepção. Somente nos séculos XIX e XX, foram abrandados em muitos países os rigores legais a respeito do abortamento, com a introdução da figura do abortamento por indicação médica e da diminuição das penas previstas, chegando até ao desaparecimento da atribuição de criminalidade à prática do abortamento, a partir de considerações econômicas e sociais.

A moral católica, entretanto, manteve sua doutrina tradicional com respeito ao abortamento. É importante lembrar que, embora condenando os meios anticoncepcionais considerados artificiais, a Igreja Católica hierarquizou, na perspectiva canônica e ética, a gravidade dos pecados correlacionados com o abortamento e com a anticoncepção. Assim, os fiéis que desobedecem a norma que regula a legitimidade dos anticoncepcionais, a Igreja exorta, compreende e aconselha expressamente que não deixem de frequentar os sacramentos<sup>(4)</sup>.

O abortamento, pelo contrário, continua sendo considerado pecado gravíssimo, que incorre na pena de excomunhão. Incluindo o abortamento como um crime contra a vida, o código de Direito Canônico, no cânone 2350, § 1.º, assim se expressa: “Os que procuram o abortamento, inclusive a mãe, incorrem, se o aborto se verifica, em excomunhão *latae sententiae* reservada ao Ordinário; e se são clérigos devem ser ainda depostos” (C. Alonso, 1949).

A excomunhão, como modalidade máxima de penalidade eclesiástica, implica em uma exclusão do cristão batizado da comunhão com os fiéis. Seguem-se conseqüências expressas no Código de Direito Canônico, cânones 2257 e 2267, que restringem a participação dos fiéis nos ofícios divinos, interdiz o uso dos sacramentos, além de outras penalidades.

Incorrem em excomunhão *latae sententiae* reservada ao bispo ordinário, os fiéis responsáveis pelo abortamento, isto significando ser a condenação automática, dispensando uma sentença declaratória ou condenatória.

Nossa hipótese é que no Brasil as acentuadas diferenças de gravidade atribuídas pela Igreja Católica ao uso de meios anticoncepcionais e ao abortamento vieram impregnar êstes dois tipos de comportamento com ênfases valorativas diversas.

A despeito da posição da Santa Sé, moralistas e teólogos, principalmente no período pós-conciliar, passaram a defender teses menos rigorosas no que diz respeito à legitimidade de meios anticoncepcionais. Essa "liberalização" da doutrina católica — no nível de liderança local, se fêz sentir em todo o mundo católico e igualmente no Brasil.

Se, por um lado, tolerância em relação à legitimidade dos meios anticonceptivos se faz crescente, por outro, a preservação de valores e opiniões condenando o abortamento parece perdurar de maneira mais persistente na cultura brasileira. Isto seria ainda mais verdadeiro para os que se definem católicos, especialmente católicos praticantes.

A análise da conformidade dos católicos em relação às normas da Igreja, no que diz respeito ao abortamento provocado, coloca, de um modo agudo, o importante problema da capacidade da Igreja Católica influenciar a conduta dos fiéis. Deve ser lembrado que, no contexto brasileiro, o abortamento provocado ainda é utilizado como um importante meio para o planejamento familiar (Milanesi, 1968).

#### IV — DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DA AMOSTRA SEGUNDO A RELIGIÃO

As categorias de religião estabelecidas no questionário apresentaram a distribuição de freqüência que aparece na tabela I:

TABELA I: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA SEGUNDO A RELIGIÃO

Religião	Freqüência	Porcentagem
Católica	2.496	87.36
Protestante	194	6.79
Espírita	68	2.38
Israelita	24	0.83
Ortodoxa	16	0.56
Umbanda	3	0.11
Outras	39	1.37
Nenhuma	15	0.53
Não responde	2	0.07
<b>TOTAL</b>	<b>2.857</b>	<b>100.00</b>

ou seja:

A grande maioria das mulheres — 2.496 (87.36%) — classifica-se como católica; a seguir, 194 (6.79%) como protestantes e 68 (2.38%) como espíritas. Se às espíritas se juntar as umbandistas (Camargo, 1960), teremos 71 mulheres, equivalente a 2.49%.

As "outras religiões", com 39 mulheres (1.37%), como seria de esperar, têm uma participação muito pequena. Entre as mulheres que escolheram a resposta "outras" é provável que se incluam as budistas, que não constituíam uma categoria separada nas entrevistas.

Há ainda 15 mulheres que não têm religião e 2 que não quiseram responder à pergunta.

Portanto, as mulheres católicas representam 87.88% do total daquelas que têm alguma religião e as não-católicas constituem 12.12%.

O grau de envolvimento e de integração na vida religiosa, a *appartenance religieuse* das mulheres da amostra foi aquilatada pela autoclassificação das entrevistas, nas seguintes categorias: praticantes, semipraticantes e não-praticantes. A distribuição de frequência desses graus de participação aparece na tabela II:

TABELA II: FREQUÊNCIA DAS MULHERES SEGUNDO O GRAU DE INTEGRAÇÃO NA VIDA RELIGIOSA

Grau de integração	Frequência	Porcentagem
Praticantes	1.230	43.04
Semipraticantes	1.249	43.72
Não-praticantes	359	12.57
Não responde	2	0.07
Não se aplica	17	0.60
<b>TOTAL</b>	<b>2.857</b>	<b>100.00</b>

Nota: o "não se aplica" refere-se às 15 mulheres que não tinham religião e às duas que não responderam à pergunta anterior.

A partir dessas duas variáveis originais, foram compostas tabelas combinando a definição religiosa das entrevistadas com a sua auto-avaliação da participação na vida religiosa.

Essa composição está resumida nas categorias abaixo discriminadas, distribuídas da seguinte maneira:

TABELA III: FREQUÊNCIA DAS MULHERES SEGUNDO A RELIGIÃO E O GRAU DE INTEGRAÇÃO NA VIDA RELIGIOSA

Religião	Frequência	Porcentagem
Católicas praticantes	1006	35.45
Católicas não-praticantes +	1488	52.43
Não-católicas praticantes	224	7.89
Não-católicas não-praticantes +	120	4.23
<b>TOTAL</b>	<b>2838</b>	<b>100.00</b>

+ nota: — as não-praticantes incluem: semipraticantes e não praticantes. Foram excluídas as 19 mulheres, que não tinham religião, ou que não responderam às perguntas.

De acôrdo com êsse novo agrupamento, observa-se o seguinte: das 2494 mulheres católicas, 1006 (40.33%) são praticantes e 1488 (59.67%) não-praticantes; das 344 mulheres de outra religião, que não a católica, 224 (65.11%) são praticantes e 120 (34.89%) não-praticantes.

Comparando a participação religiosa das católicas com a das não-católicas evidencia-se serem estas últimas muito mais participantes e integradas em sua vida religiosa do que as primeiras.

Estudos realizados em São Paulo sôbre o espiritismo-umbanda (Camargo, 1960; Levy, 1967) e as religiões protestantes, mormente as de tipo pentecostal (Souza, 1969), religiões que constituem a maior parte das não-católicas na cidade de São Paulo, trazem indicações dos processos sociais subjacentes a esta maior intensidade de participação religiosa. Efetivamente, tanto o gradiente espiritismo-umbanda como as seitas pentecostais são religiões em processo de rápido crescimento, despertando em seus fiéis uma adesão intensa e pessoal, e internalizando a fé religiosa de uma maneira funcional em relação ao processo de mudança social e urbanização.

O Catolicismo urbano, por outro lado, limitando-se predominantemente a manter funções meramente rituais, diminui sua capacidade de influenciar a conduta dos fiéis e envolvê-los em um grau de participação religiosa, que se autodefine como praticante (Camargo, 1967).

## V — ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

### 1 — OPINIÕES SÔBRE O ABORTAMENTO PROVOCADO

A pesquisa sôbre a reprodução humana no Distrito de São Paulo inclui perguntas de caráter factual e outras que indagam sôbre as opiniões e valores expressos pelas entrevistadas.

A tabela IV foi elaborada a partir das respostas à seguinte pergunta: "Em que casos a Sra. acha que a mulher poderia provocar um abôrto?". No elenco de alternativas de resposta, incluem-se as categorias extremas "em nenhum caso" e "em qualquer caso", além de justificativas que legitimam de modo específico e limitado a prática do abortamento.

Eis as alternativas de resposta à mencionada questão:

- 1 — Quando estiver em jôgo a saúde da mãe
- 2 — Por razões econômicas
- 3 — Quando já tiver muitos filhos
- 4 — Quando ela fôr solteira
- 5 — Em qualquer caso

- 6 -- Em nenhum caso
- 7 -- Outras razões
- 8 -- Não sabe

A freqüência da distribuição dessas alternativas em relação à amostra total pode ser observada na tabela IV:

TABELA IV: FREQUÊNCIA DAS MULHERES SEGUNDO A OPINIÃO SÔBRE QUANDO CONSIDERA LEGÍTIMO ABORTAR

Quando considerava legítimo abortar	Freqüência	Porcentagem
Saúde da mãe	490	17.15
Razões econômicas	165	5.78
Muitos filhos	89	3.12
Solteira	58	2.03
Sempre	25	0.88
Nunca	1858	65.03
Outras razões	127	4.45
Não sabe	45	1.58
<b>TOTAL</b>	<b>2857</b>	<b>100.00</b>

A opinião das mulheres sôbre a legitimidade do abortamento provocado revela a considerável influência dos valores culturais da tradição cristã e especialmente a católica. Uma sensível maioria (65.03%) considera o abortamento provocado como inaceitável e não admite qualquer atenuante ou justificativa que o legitime. Interessante, igualmente, observar que sômente um número insignificante de entrevistadas (0.88%) aceita livremente o abortamento provocado, sem qualquer restrição ética.

Entre as justificativas qualificadas para legitimar o abortamento provocado destaca-se a que se fundamenta nos riscos de saúde da mãe. A legislação positiva brasileira, aceitando, em casos qualificados, o chamado abortamento terapêutico, para salvar a vida da gestante, consubstancia no nível normativo mais amplo da sociedade a legitimação do abortamento provocado por sérias razões de saúde. Apesar de 17.15% das mulheres reconhecerem como válida esta justificativa, observa-se ainda a influência preponderante dos valores da tradição cristã, em contradição com a concepção ética profana expressa pela legislação penal do País.

As respostas que justificam o abortamento provocado com o fundamento em razões econômicas (5.78%) e na existência de muitos filhos (3.12%) parecem atribuir à prática do abortamento uma função de anticoncepcional. Estas justificativas, realmente, enquadrando-se no sistema motivacional de um modelo de família, objetivam finalidades a serem alcançadas, possivelmente com vantagens, pela prática da anticoncepção.

TABELA V: MULHERES SEGUNDO A RELIGIÃO E OPINIÃO SOBRE QUANDO É LEGÍTIMO PROVOCAR O ABORTO

Opinião s/ a legitimidade de abortar	Saúde da mulher		Econômica		Muitos filhos		Solteira		Sempre		Nunca		Outros		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Relig. Católica Praticante	165	16.6	37	3.7	20	2.0	21	2.1	7	0.7	710	71.3	36	3.6	996	100.0
Católica N/ Pratic.	247	16.9	105	7.2	59	4.0	31	2.1	10	0.7	937	64.2	71	4.9	1460	100.0
N/ Catól. Praticante	49	22.4	11	5.0	3	1.4	1	0.5	4	1.8	141	64.4	10	4.6	219	100.0
N/ Catól. N/ Pratic.	24	20.2	10	8.4	7	5.9	4	3.4	3	2.5	63	52.9	8	6.7	110	100.0
<b>TOTAL</b>	<b>485</b>	<b>17.4</b>	<b>163</b>	<b>5.9</b>	<b>89</b>	<b>3.2</b>	<b>57</b>	<b>2.1</b>	<b>24</b>	<b>0.9</b>	<b>1851</b>	<b>66.1</b>	<b>125</b>	<b>4.5</b>	<b>2794</b>	<b>100.0</b>

TABELA VI: MULHERES SEGUNDO A RELIGIÃO E OPINIÃO SOBRE DEPOIS DE QUANTOS FILHOS É LEGÍTIMO ABORTAR

Religião depois de quos fi- lhos é legítimo abortar	Católica pratic.		Católica N/pratic.		N/Católica pratic.		N/Católica N/pratic.		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 filho	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
2 filhos	2	20.0	6	10.2	1	33.3	0	0.0	9	10.1
3 filhos	2	10.0	22	37.3	0	0.0	4	57.1	28	31.5
4 filhos	7	35.0	13	22.0	0	0.0	2	28.6	22	24.7
5 filhos	4	20.0	8	13.6	1	33.3	0	0.0	13	14.6
6 filhos	2	10.0	8	13.6	0	0.0	0	0.0	10	11.2
7 filhos	2	10.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	2	2.2
8 filhos	1	5.0	1	1.7	0	0.0	0	0.0	2	2.2
9 filhos	0	0.0	1	1.7	1	33.3	1	14.3	3	3.4
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100.0</b>	<b>59</b>	<b>100.0</b>	<b>3</b>	<b>100.0</b>	<b>7</b>	<b>100.0</b>	<b>89</b>	<b>100.0</b>

Relacionando-se a distribuição dessas alternativas, com as categorias da variável religião, obteve-se a tabela n.º V.

A tabela V confirma, com especificações religiosas mais explícitas, a influência da ética cristã e especialmente católica na formação de juízos de valor sôbre o abortamento provocado.

A fim de verificar a significação estatística das diferenças percentuais reveladas na tabela foi aplicado o método de contrastes de Goodman, 1964<sup>(5)</sup>.

Ao se comparar a distribuição da população quanto à escolha da alternativa "nunca", os três contrastes realizados mostraram-se estatisticamente significantes<sup>(6)</sup>. Assim, as católicas praticantes escolhem mais essa alternativa quando comparadas às católicas não-praticantes; por sua vez, as católicas escolhem mais do que as não-católicas, e as praticantes em geral, mais do que as não-praticantes em geral. Desta forma, as mulheres que se envolvem mais profundamente nas instituições religiosas e de modo especial na Igreja Católica, mantêm, em comparação com as outras, uma tendência mais acentuada de apreciar de maneira negativa a prática do abortamento.

No que diz respeito às freqüências de resposta para a alternativa "saúde", os contrastes não evidenciaram diferenças significativas entre as categorias analisadas.

A pequena preferência que as não-católicas demonstram por esta justificativa não parece indicar uma eficaz capacidade do Catolicismo em influenciar de modo particular os juízos de valor encontrado em suas seguidoras.

Quanto ao motivo "econômico", o valor encontrado para o teste de Goodman nesta tabela foi 0,72 para as não-católicas quando contrastadas com as católicas (portanto, bem próximo ao zero). Porém, no grupo IV, comparadas as praticantes com as não-praticantes em geral, as não-praticantes obtiveram o valor 5,19, valor êsse significante ao nível de 10%.

As mulheres que responderam poder provocar o abôrto quando houvesse "muitos filhos", perguntou-se a seguir depois de quantos filhos aceitavam êste comportamento. 89 mulheres optaram por esta alternativa, o que corresponde a 3.2% das respostas. Neste caso também foram as não praticantes, tanto as não-católicas (5,9%) como as católicas (4.0%) as que mais aceitaram esta justificativa que parece enquadrar-se perfeitamente nas motivações de contrôle da natalidade.

Essas 89 mulheres distribuem-se segundo a opinião de quantos são os "muitos filhos", segundo a tabela VI.

Através desta tabela verifica-se que o número de filhos considerado suficiente recai para tôdas entre 3 (31.5%) e 4 (24.7%) filhos, sendo que as católicas praticantes escolhem primeiro quatro filhos (35.0%) e as outras preferem o número "3 filhos". As não-

católicas praticantes ficam em média nos 4 filhos, apesar de seu número ser muito pequeno nesta tabela.

## 2 - RELIGIÃO E ABORTAMENTO PROVOCADO

Das 2.641 mulheres que aparecem na tabela VII, 2.338, ou seja, 88,52% declararam nunca ter provocado abortamento e 303 (11.48%) já o provocaram alguma vez.

TABELA VII: MULHERES SEGUNDO A RELIGIÃO E ABORTAMENTO PROVOCADO

Provocou abortamento Religião	Algum		Nunca		Total	
		%		%		%
Católica pratic.	68	7.3	868	92.7	936	100.0
Catól. n/ pratic.	194	13.9	1200	86.1	1394	100.0
N/ catól. pratic.	24	11.6	183	88.4	207	100.0
N/catól. n/pratic.	17	16.3	87	83.7	104	100.0
<b>TOTAL</b>	<b>303</b>	<b>11.48</b>	<b>2338</b>	<b>88.52</b>	<b>2641</b>	<b>100.0</b>

Duas séries de indagações principais norteiam a análise da tabela VII: 1.º) o Catolicismo praticante seria capaz de alterar o comportamento em relação ao abortamento de modo coerente com sua influência no nível valorativo? 2.º) Entre as praticantes e não-praticantes haveria, igualmente, uma diferença quanto ao comportamento abortivo?

A aplicação do método de contrastes de Goodman conduz aos seguintes resultados:

1.º) A comparação do comportamento das católicas praticantes com o das católicas não-praticantes mostrou uma grande diferença, sendo o valor encontrado de 27,55.

2.º) O comportamento das mulheres praticantes em comparação com o das não-praticantes é significativamente diverso, sendo o valor encontrado de 6,25.

3.º) Entretanto, a comparação entre o comportamento das católicas com o das não-católicas não foi significativo ao nível de 5%. O mesmo se pode dizer do contraste entre o comportamento das mulheres não-católicas praticantes em comparação com a conduta das não-católicas não-praticantes.

Levando em consideração os aspectos doutrinários em questão e conjecturando-se sobre a capacidade efetiva das instituições religiosas orientarem a conduta dos fiéis, algumas observações são pertinentes.

Entre as categorias estudadas destaca-se a das católicas praticantes, sensivelmente influenciada pelo pensamento da Igreja. Não

apenas o sistema axiológico, como mostra a tabela V, mas também o comportamento efetivo das mulheres católicas praticantes é diferenciado do das outras mulheres da amostra. O que este fato parece indicar é uma capacidade renovada das modalidades internalizadas<sup>(7)</sup> de Catolicismo, isto é, de seus tipos reativos e conscientes, em orientar efetivamente o sistema valorativo e a conduta dos fiéis. Como religião que adota uma concepção axiológica precisa sobre o abortamento, o Catolicismo leva as suas aderentes internalizadas a um comportamento social diferenciado. Esta realidade não impede que uma minoria (28.7%) de mulheres que se define como católica praticante aceite uma concepção ética formalmente contraditória à sua religião e um certo número (7.3%) confessasse haver praticado abortamento.

As mulheres praticantes em geral, em comparação com as não-praticantes, também parecem preferir uma orientação ética anti-abortiva. No que diz respeito especificamente às não-católicas praticantes, convém lembrar que este grupo engloba mulheres motivadas por sistemas éticos diferentes e parcialmente contrários. Assim, o Espiritismo aceita uma doutrina moral que condena formalmente o abortamento com fundamento na lei do Karma, que rege os princípios de reencarnação e as oportunidades de desenvolvimento espiritual de cada espírito (Camargo, 1960). Quanto aos protestantes na cidade de São Paulo, delinea-se um gradiente axiológico cujo pólo, numericamente mais importante, é constituído pelos pentecostais, que mantêm, na linha teológica fundamentalista, uma concepção ética cristã tradicional a respeito da legitimidade do abortamento provocado. No outro pólo do gradiente, observa-se uma tendência crescente teológica e ética de tipo liberal, no sentido de aceitar justificativas mais amplas e mais tolerantes para a prática do abortamento. As denominações religiosas que compõem a categoria não-católicas praticantes, embora incluindo adeptas fervorosas e internalizadas de religiões minoritárias, apresentam sistemas valorativos e padrões de comportamento que traduzem a contradição das várias orientações doutrinárias a que são expostas.

*CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO e  
MARIA STELLA LEVY*

1 Pesquisa originalmente projetada e realizada pela catedrática de Estatística Aplicada da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elza Berquó, e demais componentes do mesmo departamento, em 1965-66 (vide bibliografia).

2 Dorn, p. 10 (vide bibliografia).

3 Taeuber, p. 35 (vide bibliografia).

4 Papa Paulo VI, em sua encíclica *Humanae Vitae* (Da Vida Humana), reafirmada em 29 de julho de 1968.

5 O método de contrastes de Goodman, para um número  $k$  prefixado de comparações, no caso igual a quatro: I. católicas praticantes comparadas a católicas não-praticantes; II. não-católicas praticantes comparadas a não-católicas não-praticantes; III. católicas comparadas e não-católicas; IV. praticantes comparadas a não-praticantes. Foram utilizadas para testar hipóteses do tipo  $O = O$  e  $O \neq O$  a um nível de significância de 5% e a estatística empregada  $G = O \cdot O / S(O)$ . O teste estatístico constitui-se em comparar o valor observado de  $G$  com a percentual 99,375 da curva normal reduzida / 100  $(1-\beta)$ , onde  $\beta = \alpha / 2$   $k = 0,05/2 \times 4 = 0,625$  |.

6 Para um  $\alpha = 5\%$ , o valor crítico é 6,25. Os grupos em contrastes apresentaram os seguintes resultados:

I. católicas praticantes com católicas não-praticantes,  $G = 13,93$ .

II. católicas com não-católicas,  $G = 9,45$ .

III. praticantes com não-praticantes,  $G = 9,87$ .

7 Sobre o conceito de religião internalizada, Camargo, 1967 (vide bibliografia).

## BIBLIOGRAFIA

- BERQUÓ, Elza S. e outros. Levels and Variations in Fertility in São Paulo. *The Milbank Memorial Fund*. New York, 46 (3): 167-85, jul. 1968.
- CABREIROS Alonso, Miguelez. *Código de Derecho Canonico y Legislación Complementaria*. Madrid, La Editorial Catolica, 1949.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. de. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo, Pioneira, 1960.
- . Essai de Typologie du Catholicisme Brésilien. *Social Compass*. 14 (5-6): 399-422, 1967.
- DAVIS, Kingsley & BLAKE, Judith. Social Structure and Fertility; an analytic framework. *Economic Development and Cultural Change*. Chicago, 4: 211-35, abr. 1956.
- DORN, Harold F. "World Population Growth". In: Hauer, Philip, ed. *The Population Dilema*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1965.
- GOODMAN, L. A. Simultaneous Confidence Intervals for Contrasts among Multinomial Populations. *Annals of Mathematical Statistics*. Hayward, Cal., 35 (2): 716-25, jun. 1964.
- LEVY, Maria Stella F. The Umbanda is for All of Us: a dimension of socialization. (Tese de mestrado na Universidade de Wisconsin, USA, 1967).
- SILVA, Eunice P. de Castro. Plano de Amostragem Utilizada no Estudo de Reprodução Humana no Distrito de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, 2 (1): 10-22, jun. 1968.
- SOUZA, Beatriz Muniz de. *A Experiência da Salvação*. São Paulo, Duas Cidades, 1969.
- TAEUBER, Irene B. "Population Growth in Underdeveloped Areas". In: Tausser, Philip, ed. *The Population Dilema*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1965.